**O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA À LUZ DA
(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 492, INCISO I ALÍNEA “e” DO
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

***O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA À LUZ DA
(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 492, INCISO I, ALÍNEA “e” DO
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.***

João Pedro Barbosa¹
Danilo Henrique Nunes²
Fernanda Heloísa Macedo Soares³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a constitucionalidade da execução imediata da pena no tribunal do júri, conforme redação dada pelo art. 492, e do Código de Processo Penal, incorporado pela lei 13964/19. De um lado se observa a morosidade do poder judiciário, atrelado ao manejo de recursos de forma protelatória e o clamor social por uma resposta judicial eficaz, especialmente atrelados a crimes dolosos contra a vida, por outro lado, se observa a necessidade de preservar o princípio da presunção de inocência, de modo a não cercear a liberdade daquele que ainda não se encontra devidamente condenado e considerado culpado nos termos da lei. Adiante, é necessária a análise do evidente conflito de princípios constitucionais, de um lado a presunção de inocência e o duplo grau de jurisdição e de outro lado a Soberania dos Veredictos. Isto posto, serão feitas análises a respeito das inúmeras viradas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal a respeito do momento ideal para

¹ Bacharel em Direito. E-mail: dhnunes@hotmail.com

² Doutor e Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto/SP - Unaerp. Pós-doutorando em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FDRP/USP. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (2012) e graduação em Jornalismo pela União das Faculdades dos Grandes Lagos (2007). É advogado, professor universitário e jornalista. E-mail: dhnunes@hotmail.com

³ Bacharel em Direito pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (2002), atual mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM. Possui Especialização lato sensu em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (2004). Foi bolsista CAPES. Mestre em Direito, área de concentração Teoria do Direito e do Estado, pelo Centro Universitário Eurípides de Marília ? UNIVEM (2010). Advogada e Professora Universitária, vem se dedicando a educação jurídica desde 2010, publicou vários artigos em revistas jurídicas e congressos. Ademais atua como docente nas disciplinas de Direito Civil e Processo Civil, além de experiência em gestão acadêmica. Atualmente exerce a função de Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. E-mail: ferdi1026@gmail.com

execução da pena, observando, que, de forma alguma poderá ser revertido os danos causados a alguém que teve, erroneamente, sua liberdade cerceada. Este trabalho tem por base revisão de literatura e visão de a pesquisa bibliográfica através de monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos, legislações e decisões judiciais.

Palavras-Chave: Presunção de Inocência, Júri, Princípios, Constitucionalidade, Conflito.

ABSTRACT

This article aims to analyze the constitutionality of the immediate execution of the sentence in the jury trial, as worded in art. 492, and the Code of Criminal Procedure, incorporated by law 13964/19. On the one hand, there is the slowness of the judiciary, linked to the management of resources in a protracted manner and the social outcry for an effective judicial response, especially linked to intentional crimes against life, on the other hand, there is the need to preserve the principle of the presumption of innocence, so as not to restrict the freedom of those who have not yet been duly convicted and found guilty under the terms of the law. Further, it is necessary to analyze the evident conflict of constitutional principles, on the one hand the presumption of innocence and the double degree of jurisdiction and on the other hand the Sovereignty of Verdicts. That said, analyzes will be made regarding the numerous changes in jurisprudence of the Federal Supreme Court regarding the ideal moment for executing the sentence, noting that, in no way can the damage caused to someone who wrongly had their freedom curtailed be reversed. This work is based on bibliographical research through monographs, master's theses, doctoral theses, scientific articles, legislation and court decisions.

Keywords: Presumption of Innocence, Jury, Principles, Constitutionality, Conflict.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos várias foram as discussões no Supremo Tribunal Federal acerca do momento correto para o início de cumprimento da pena, partindo da dúvida sobre a necessidade ou não de se aguardar o Trânsito em Julgado da sentença penal condenatória para iniciar o cumprimento da prisão pena.

Contudo, com o advento da lei 13.964/2019, foi incluído ao ordenamento jurídico brasileiro a alínea “e” ao inciso I, do art. 492 do Código de Processo Penal, o qual prevê expressamente a possibilidade de cumprimento imediata da pena nas condenações superiores a 15 (quinze) anos no tribunal do júri, nessa feita, a supracitada discussão se intensificou novamente, dividindo a opinião de juristas brasileiros acerca do assunto, de modo que se

levantou o questionamento: O referido artigo, fere a Constituição da República Federativa do Brasil, ou a execução imediata é uma medida necessária?

Desse modo, parte da doutrina se inclinou no sentido de que o Art.5º, XXXVIII, c da CRFB/88, que garante a Soberania dos Veredictos, justificaria a execução imediata da pena em tais condenações, contudo, para outra parte da doutrina, veementemente, o aludido artigo incorporado ao Código de Processo Penal fere diretamente o princípio da Presunção de Inocência, elencado Constitucionalmente no Art. 5º, LVII, da CRFB/88, além das inúmeras previsões no âmbito internacional, nitidamente gerando um conflito entre normas de natureza Constitucionais e fundamentais.

Diante deste conflito, coube ao Supremo Tribunal Federal, na condição de guardião da Constituição analisar e deliberar sobre a constitucionalidade ou não da presente medida, oportunidade em que debateu a suprema corte sobre o TEMA 1068 de Repercussão Geral, decidindo de forma não unânime pela constitucionalidade da presente medida.

Contudo, embora a Suprema Corte tenha interpretado no sentido de que o Art. 492, I, e do CPP não fere a Constituição da República, o debate se intensificou pelos operadores do direito brasileiro, questionando acerca da assertividade da presente decisão do Supremo Tribunal Federal.

Isto posto, este artigo busca interpretar a recente decisão do Supremo, de modo a se analisar o conflito entre os princípios e as consequências da aplicabilidade de um em detrimento de outrem no caso concreto, com objetivo de demonstrar que direitos fundamentais não podem ser cerceados, ainda que sob pressão social.

2. O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

O Código de Processo Penal brasileiro possui o objetivo de regulamentar a atuação processual penal, de forma a proteger os bens jurídicos constitucionalmente tutelados, como por exemplo, a vida, os bens, a propriedade, a dignidade, a honra, dentre outros. Contudo, essa proteção está diretamente atrelada ao poder punitivo do Estado, que deve observar uma série de regras processuais, conforme nos ensina Aury Lopes Junior em seu manual de direito

penal.⁴ Podendo, serem definidas como “as regras do jogo” segundo *Celere Trabalho II processo come giuoco de CALAMANDREI*⁵

Dentre essas regras processuais e princípios constitucionais a serem seguidos no curso do processo penal, se extrai o princípio da presunção de inocência, amplamente protegido no ordenamento jurídico brasileiro e internacional.

No plano nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, garantiu proteção ao princípio da presunção de inocência, expressamente previsto no Art.5º, LVII, que prevê que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.⁶

Já na esfera infraconstitucional, o princípio é amplamente protegido pelo Código de Processo Penal, em seu artigo 283, *caput*, de onde se extrai novamente que ninguém poderá ser preso, senão em flagrante delito ou em virtude de sentença penal condenatória transitada em julgado.⁷

No plano internacional, está previsto conforme Convenção interamericana de direitos humanos promulgadas pelo Brasil no decreto 678/1992, art. 8º item 2, além do direito de recorrer de sentença para juiz ou tribunal superior, prevista no inciso h da supracitada norma.⁸

Além de estar codificado no Pacto internacional dos direitos civis e políticos, promulgadas pelo Brasil no decreto 592/1992. Art. 14, item 2 e item 5º

4 **Direito processual penal** / Aury Lopes Jr. – 16. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019. 1. Processo penal – Brasil I. Título.

5 CALAMANDREI, Piero. Il processo come giuoco. **Rivista di Diritto Processuale**, v. 5, parte I, Padova, 1950

6 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

7 Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado. **Decreto lei 3689 de 1941**, Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 14/09/2023

8 Artigo 8. Garantias judiciais; [...] 2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos de San José da Costa Rica**, disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm, acesso em 14/09/2023

9 ARTIGO 14; [...] 2. Toda pessoa acusada de um delito terá direito a que se presuma sua inocência enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. [...] 5. Toda pessoa declarada culpada por um delito terá o direito de recorrer da sentença condenatória e da pena a uma instância superior, em conformidade com a lei. **Decreto**

Do mesmo modo, após as arbitrariedades cometidas durante a segunda guerra mundial, até 1945, a preocupação com o devido processo legal e as garantias universais processuais foram ampliadas, de forma que a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, promulgou a Declaração Universal de Direitos Humanos¹⁰, que também se preocupou em garantir a presunção de inocência durante o trâmite do devido processo legal, conforme se observa em seu artigo 11. que prevê que toda pessoa acusada de um ato delituoso deverá ser presumida inocente até que se prove o contrário.¹¹

Podemos, portanto, definir este princípio como sendo a ideia de que todo ser humano deva ser tratado como inocente até que se esteja veementemente provado e condenado de forma contrária, conforme nos ensina Guilherme Nucci.

O princípio da presunção de inocência não passa de um desdobramento lógico e adequado ao respeito pela dignidade da pessoa humana, não se devendo considerar culpado alguém ainda não definitivamente julgado.(NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal. 18ª ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. p. 56)

Logo, se toda pessoa é dotada de presunção de inocência até que sobrevenha o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, não parece razoável que alguém seja compelido a iniciar a execução de uma pena enquanto ainda perdurar o devido processo legal, ou seja, antes do trânsito em julgado.

Nessa linha, argumenta o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes em seu voto no Habeas Corpus de número 84.078

Também considero que não se pode conceber como compatível com o princípio constitucional da presunção de inocência qualquer antecipação de cumprimento da pena. Aplicação de sanção antecipada não se compadece com a ausência de decisão condenatória transitada em julgado. Outros fundamentos há para se autorizar a prisão cautelar de alguém (vide art. 312 do Código de Processo Penal). No entanto,

592, de 06 de julho de 1992. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm, acesso em 14/09/2023

10 Universal Declaration Of Human Rights Portuguese. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>, acesso em 14/09/2023

11 Artigo 11º 1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas. **Declaração universal de direitos humanos**, disponível <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>, acesso em 14/09/2023.

o cerceamento preventivo da liberdade não pode constituir um castigo àquele que sequer possui uma condenação definitiva contra si. Parece evidente, outrossim, que uma execução antecipada em matéria penal configuraria grave atentado contra a própria ideia de dignidade humana. Se se entender, como enfaticamente destacam a doutrina e a jurisprudência, que o princípio da dignidade humana não permite que o ser humano se convole em objeto da ação estatal, não há como compatibilizar semelhante ideia com a execução penal antecipada” (HC 84.078, Relator(a): Eros Grau, Tribunal Pleno, Data de julgamento: 05/02/2009, Data de publicação: 25/02/2010 – p. 1.195/1.196, GRIFEI).

Razão pela qual o Exmo. Ministro ainda defende que o cumprimento antecipado da pena viola não só a presunção de inocência, mas também a dignidade da pessoa humana¹²

Cumprе salientar que o aludido princípio da não culpabilidade, como também é conhecido a presunção de inocência, tem o objetivo principal que o judiciário não cometa erros que não possam ser revertidos, como, por exemplo, a prisão de uma pessoa que venha a ser inocentada no curso do processo, de forma que não há formas de reverter os danos morais e sociais causados a tal cidadão que teve, de forma equivocada, sua liberdade cerceada, ainda que por um curto período de tempo.

(...) A presunção de inocência não está fundada sobre uma probabilidade empírica de condenação, mas constitui regra de dever ser, que conduz o legislador a estabelecer uma garantia processual dirigida a proteger valores ideológicos ou políticos e técnicos: o valor ideológico é a garantia da posição de liberdade do acusado em face do interesse coletivo à repressão penal, enquanto o valor técnico ou instrumental se plasma na segurança jurídica ao indicar ao juiz a regra de julgamento a fim de evitar que possa produzir um resultado indesejável (a condenação de inocentes), (GOMES FILHO, 2006, p. 319), (SANGUINÉ, 2014, p. 190)

Nesse sentido, embora muitas vezes a sociedade clame por um processo penal de forma acelerada e de uma resposta judicial rápida, é necessário que se observe e respeite os limites constitucionalmente estabelecidos, especialmente para que se tenha um processo justo e imparcial, conforme nos ensina Antônio Magalhaes Gomes Filho:

A presunção de inocência como regra de tratamento do imputado produz efeitos também em favor do cidadão suspeito desde a fase investigatória ou instrutória em relação à prisão provisória, precisamente quando a garantia é mais necessária contra juízos apressados que podem levar à identificação do simples suspeito com o

12 Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana; **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

culpado, bem como durante todo o desenvolvimento do processo penal (GOMES FILHO, Antônio Magalhães. 2006, pág. 126).

Por fim, fica evidente que o acusado deve ser tratado como inocente até o trânsito em julgado, de forma que se deva reduzir ao máximo medidas que restrinjam seus direitos e que o tratem como culpado do crime imputado.

2.2 DAS MODALIDADES DE PRISÃO

2.2.1 PRISÃO PENA

Para entender as limitações decorrentes do princípio da presunção de inocência se faz necessário que se diferencie a prisão pena da prisão cautelar, também conhecida pela doutrina como prisão processual, ou seja, aquela que decorre durante o curso processual.

A prisão pena pode ser definida como a modalidade de prisão que busca o cumprimento da sentença do acusado, ou seja, pode-se afirmar que a prisão penal não possui natureza acautelatória, buscando, portanto, o cumprimento definitivo da pena, de modo a punir aquele que, comprovadamente, foi considerado culpado pelo delito imputado por meio do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Nessa linha, defende o Professor Aury Lopes Junior e o Professor e Juiz de Direito, Alexandre Morais da Rosa, que independente da possibilidade de ser condenado, até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória a prisão deverá ser decretada exclusivamente em face de requisitos veiculados ao processo¹³, ou seja, antes do devido trânsito em julgado, apenas se justifica a prisão processual para garantir o bom andamento processual, jamais com a intenção de antecipar o cumprimento da possível pena a ser aplicada, ou de punir antecipadamente o acusado, nessa medida argumenta Vincenzo Manzini

(...)

A custódia preventiva não tem por fim a exemplaridade, que é exclusivamente da pena. É absurdo admitir-se que a prisão preventiva seja ordenada para servir de

13 **Limite Penal: Prisão Cautelar**, artigo publicado por Aury Lopes Jr. E Alexandre Morais da Rosa, disponível em https://www.conjur.com.br/2019-mai-24/limite-penal-vez-nao-confunda-funcao-prisao-cautelar#_ftn3 acesso em 15/09/2023

exemplo, já que ela é decretada contra o imputado, ou seja, contra uma pessoa que ainda não se sabe se é culpada ou inocente. Pela mesma razão seria errôneo pensar que essa prisão tivesse por finalidade dar satisfação ao sentimento público de justiça (...). Na prática, sem embargo, o Juiz se inspira às vezes nesse critério, como se a Justiça fosse serva da política, ou, pior ainda, da demagogia. (MANZINI, Vincenzo. Tratado de Derecho Procesual Penal. Trad. Sentís Melendo. Buenos Aires, EJE, 1953, v. 4, p. 629)

Posicionamento que é reforçado por Rubes Casara em seu livro *Prisão e Liberdade*, conforme de expõe:

A presunção de inocência, em verdade, estampa uma regra de juízo e uma regra de tratamento: como regra de juízo, está a exigir que uma cautelar só se pode implementar caso esteja fundada em pressupostos fáticos razoáveis da ocorrência de um crime e do comprometimento de alguém com essa infração, enquanto regra de tratamento, transpira a impossibilidade de uma cautelar servir como castigo antecipado, isto é, assumir feição retributiva diante de uma infração, juridicamente ainda sequer definida. CASARA, Rubes. *Prisão e Liberdade*. São Paulo: Estúdio Editores, 2014.

Por conseguinte, se entende que a referida prisão, classificada pela doutrina como prisão pena, que visa executar a sanção imposta ao acusado só será admitida após a condenação do acusado, diferentemente da prisão processual, medida em que se admite a prisão visando inibir atos que possam prejudicar a investigação, o julgamento e os atos processuais, conforme será delimitado no tópico seguinte.

2.2.2 PRISÕES CAUTELARES

Diferentemente da prisão pena, que visa iniciar a sanção imposta ao acusado após o devido processo legal, a prisão processual não tem o condão de punir, mas sim de garantir o bom andamento do processo. É a prisão aplicada para impedir, por exemplo, que o acusado fuja para localidade onde a legislação brasileira não pode atingir, ou que atrapalhe de alguma forma a produção de provas ou o andamento natural da investigação e do processo legal, da mesma forma, também se admite a prisão processual em casos que, comprovadamente, exista

fortes indícios de que o acusado poderá gerar maiores riscos à vítima ou a sociedade, visando garantir a ordem pública.¹⁴

Segundo o Professor Rodrigo Capez, é entendido que a prisão cautelar desde que cumprida os requisitos e devidamente justificada¹⁵ não fere o princípio da presunção de inocência tampouco fere a dignidade da pessoa humana:

(...)
fazer frente a uma situação de perigo para a aquisição ou a genuinidade da prova, de modo a permitir que o processo seja concluído segundo critérios de regular funcionalidade e alcance um resultado útil. **Dado o seu caráter estritamente ‘endoprocessual’, não se contesta, com maior veemência, a sua legitimidade constitucional.** O imputado, tanto na fase da investigação quanto da instrução criminal, não pode se valer de sua liberdade para obstruir a correta apuração dos fatos (CAPEZ, Rodrigo, 2017, *Prisão e medidas cautelares diversas: A individualização da medida cautelar no processo penal*. São Paulo: *Quartier Latin*). GRIFEI.

Deste modo, também argumenta o Professor Guilherme Nucci:

(...)
Tal justa medida não tem o condão de impedir coerções à liberdade, quando indispensáveis para a situação concreta, visando à esmerada apuração dos fatos. (NUCCI, Guilherme de S. *Curso de Direito Processual Penal*. 18ª ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. p. 56)

Entretanto, a prisão cautelar deverá ser pautada pelo caráter temporário para que não se desvie de suas funções, ou seja, esta prisão processual deverá perdurar por um curto período de tempo, cessada suas condições, o acusado deverá retornar a sua liberdade, sob pena de ferir, veementemente, a presunção de inocência, conforme nos ensina Ferrajoli:

11 Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. **Código de Processo Penal**, in *Vade Mecum*, 2019, Editora Saraiva, também disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm acesso em 15/09/2023

15 Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado., **Código de Processo Penal**, in *Vade Mecum*, 2019, Editora Saraiva, também disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm acesso em 15/09/2023

A custódia preventiva, considerada apenas no que respeita às necessidades do processo, não poderia ser senão brevíssima - tanto quanto necessário para interrogar o réu e ter de sua viva voz todos aqueles esclarecimentos que a instrução pode desejar, admitindo que ela possa ser decretada não só para impedir a fuga do réu, rias também por necessidade de segurança pública.

(FERRAJOLI, Luigi 2002. Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais p. 443)

Ademais, também se entende que a prisão, ainda que em sua modalidade cautelar deve ser considerada a “*ultima ratio*”¹⁶, isto é, apenas se justificando quando não houver nenhuma outra medida capaz de sanar o problema em questão, conforme se extrai da redação do artigo 282, §6 do CPP,¹⁷ que versa ser possível a presente medida apenas se não for cabível nenhuma medida cautelar adversa da prisão prevista no art. 319 do CPP.¹⁸

Por fim, reforça o STF no HC 93.883 SP, que tinha como relator Excelentíssimo Senhor Ministro Celso De Mello:

A decisão que ordena a privação cautelar da liberdade não se legitima quando desacompanhada de fatos concretos que lhe justifiquem a necessidade, não podendo apoiar-se, por isso mesmo, na avaliação puramente subjetiva do magistrado de que a pessoa investigada ou processada, se em liberdade, poderá delinquir, ou interferir na instrução probatória, ou evadir-se do distrito da culpa, ou, então, prevalecer-se de sua particular condição social, funcional ou econômico-financeira (HC nº 93.883/SP, Segunda Turma, relator ministro Celso de Mello, DJe de 27/3/09)

Dessa forma, demonstrando que a prisão cautelar é legítima, contudo, deve ser pautada na extrema necessidade e temporariedade, ou seja, se aplica dentro dos limites legais, não fere a presunção de inocência, tendo em vista que não possui a intenção de punir o acusado de modo antecipado, apenas tendo a finalidade de garantir o bom andamento processual.

16 Última razão ou último recurso, tradução livre.

17 Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: [...] § 6º A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 deste Código, e o não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de forma individualizada. **Código de Processo Penal**, vide em Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva, também disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 17/09/2023

18 Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:[...] **Código de Processo Penal**, vide em Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva, também disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 17/09/2023

2.3 DA PROBLEMÁTICA ENVOLVENDO O PACOTE ANTICRIME

2.3.1 ALTERAÇÕES FEITAS PELA LEI Nº 13.964/2019

Com o advento da lei 13.964 de 2019, popularmente conhecido como “Pacote Anticrime”, algumas alterações e adições foram incorporadas ao código penal e ao código de processo penal brasileiro, dentre elas, ressalta-se a inclusão da alínea “e”, ao Inciso I do Art. 492 do CPP, que prevê a execução imediata da pena após condenação igual ou superior a 15 (quinze) anos no tribunal do júri.¹⁹

Ocorre que a supracitada alteração deixou de observar o princípio da presunção de inocência, bem como do duplo grau de jurisdição, elencado no Art. 5º, LV da CRFB/88,²⁰ também deixou de observar o Art. 597²¹ do Código de Processo Penal que atribui efeito suspensivo ao recurso de apelação, explicado pelo grande jurista brasileiro, Aury Lopes Junior:

(...) por efeito suspensivo se entende aquele obstáculo legal a que a sentença proferida possa surtir todos os seus efeitos antes do trânsito em julgado. Tal efeito determina a impossibilidade de executar--se a resolução judicial recorrida. Como regra, os **recursos proferidos contra a sentença penal condenatória devem ter efeito suspensivo, assegurando--se ao réu o direito de recorrer em liberdade e assim permanecer até o trânsito em julgado. Isso porque, no processo penal, a liberdade é a regra; e a prisão, uma exceção.** Mas isso não impede a prisão do imputado nesse momento, pois, como veremos, bastará a existência fundamentada

19 Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que I – no caso de condenação: [...] e) mandará o acusado recolher-se ou recomendá-lo-á à prisão em que se encontra, se presentes os requisitos da prisão preventiva, ou, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos; **Código de Processo Penal**, vide em Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva, também disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 17/09/2023

20 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; **Constituição da República Federativa do Brasil**, Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

21 Art. 597. A apelação de sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo o disposto no art. 393, a aplicação provisória de interdições de direitos e de medidas de segurança (arts. 374 e 378), e o caso de suspensão condicional de pena. **Código de Processo Penal**, vide em Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva, também disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 17/09/2023

de periculum libertatis (art. 312) para que o réu seja preso (JUNIOR, Aury L. Direito processual Penal. 19ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. p. 438) GRIFEI

Tal medida tem o condão de atribuir um caráter mais punitivista ao Estado Brasileiro, de modo a tentar diminuir a criminalidade e trazer uma maior sensação de segurança ao povo, contudo, não é plausível que se deixe de lado garantias e direitos fundamentais, atitude que remonta aos tempos em que o processo penal era pautado pelo procedimento inquisitório, quando se negava completamente princípios e direitos democráticos na tentativa de se punir a todo custo os acusados, lição que é dada por CORDEIRO, Franco, 1986, ao se aplicar por analogia os pensamentos prevalecentes no Código Napoleônico, na França, que possuía a ideia de que quanto mais restritivo o direito à liberdade mais eficaz seria o combate à criminalização.²²

Anteriormente a ser incorporado ao texto legal brasileiro, a possibilidade da execução imediata da pena após o julgamento do tribunal do júri, já havia sido tema de discussão entre grandes juristas brasileiros, discussão que se iniciou após polêmico julgamento do Excelentíssimo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso no HC 140.449 RJ, oportunidade em que o respeitável ministro se valeu do princípio da soberania dos veredictos²³ para justificar a constitucionalidade da referida execução imediata, conforme se observa na síntese de sua decisão:

Em primeiro lugar - e já há mais de um precedente da Turma -, nas condenações pelo Tribunal do Júri, sequer é necessário aguardar o julgamento de recurso em segundo grau de jurisdição, até porque o Júri é soberano e, conseqüentemente, o Tribunal de Justiça não tem como substituir a decisão do Júri. Eventualmente pode anulá-lo, como aliás foi o caso aqui relatado da tribuna, mas as estatísticas documentam que é irrisório o número de condenações pelo Júri anuladas pelos tribunais de justiça. O contrário até acontece com mais frequência, absolvições que venham a ser anuladas, mas condenações que venham a ser anuladas é um número irrisório. Portanto, diante do princípio da soberania do Tribunal do Júri, o meu entendimento - aqui já esposado pelo Ministro Alexandre, acompanhado pelos demais, e também a posição do Ministro Dias Toffoli, hoje Presidente, que a

22 CORDERO, Franco. **Guida alla procedura penale**. Torino: UTET, 1986

23 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: [...] c) a soberania dos veredictos; **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988, vide in Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

defendeu publicamente - é de que a condenação pelo Tribunal do Júri já significa a possibilidade de execução da pena (Síntese extraída do voto do Ministro Luiz Roberto Barroso, no HC 140449/RJ)

Embora o Exmo Ministro argumente no sentido de que a “quantidade de anulações no tribunal do júri é um número irrisório”²⁴ deve-se ressaltar que não é razoável que se negue direitos fundamentais a cidadãos sob a alegação de que o número não é expressivo. Segundo Aury Lopes Junior e Gustavo Henrique Badaró,²⁵ a prisão antes do trânsito em julgado pode trazer consequências irreparáveis:

Para finalizar, há que se considerar – e assumir – que essa execução **antecipada da pena de prisão é absolutamente irreversível e irremediável em seus efeitos**, ao contrário do que ocorre no processo civil. É impossível devolver ao imputado o “tempo” que lhe foi tomada se, ao final, o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal der provimento ao recurso especial ou extraordinário, para, por exemplo, anular ab initio o processo, ou reduzir sua pena ou, ainda, alterar o regime de cumprimento. (LOPES JR, Aury; BADARÓ, Gustavo Henrique, 2016) GRIFEI

Ainda segundo o Ministro Luiz Roberto Barroso, “apenas” cerca de 3,43% dos juris feitos no país são anulados²⁶, número que, segundo o relator, justifica a execução imediata do cumprimento da pena. Contudo, não se deve analisar os números de forma desconexa a realidade brasileira, segundo dados disponibilizados pelo CNJ²⁷, em 06/02/2023, no ano de 2022 se encontravam pendentes de julgamento 153.218 juris a serem realizados, desse modo, ao se realizar uma equação segundo a porcentagem elencada pelo R.Ministro, se conclui que cerca de 5.255 tribunais do júri poderão ser anulados, apenas levando como base os júris pendentes em 2022.

24 Síntese extraída do voto do Ministro Luiz Roberto Barroso, no HC 140449/RJ, disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748979180>, acesso em 17/09/

25 LOPES JR, Aury; BADARÓ, Gustavo Henrique. **Presunção de inocência: do conceito de trânsito em julgado** da sentença penal condenatória. Empório do Direito. São Paulo, 2016. Disponível em: https://emporiiodireito.com.br/wpcontent/uploads/2016/06/Parecer_Presuncao_de_Inocencia_Do_concei.pdf, acesso em 17/09/2023

26 Voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal Sr. Luiz Roberto Barroso, Pág.7, disponível em <https://static.poder360.com.br/2023/08/integra-voto-roberto-barroso-stf-juri.pdf> acesso em 17/09/2023

27Dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/1489718-relatorio-mes-do-juri-2022-06-02-23.pdf> acesso em 17/09/2023

Portanto, não se é cabível alegar que o número de recursos julgados procedentes no âmbito do tribunal do júri é “irrelevante” como bem destacou o relator. Não se mostra admissível que mais de cinco mil e duzentas pessoas cumpram uma pena que, se quer, lhe foi imputada de forma definitiva, ferindo veementemente um direito constitucionalmente previsto, o da Presunção de Inocência.

Cumpre salientar, por fim, que a referida alteração normativa elencada pela lei 13964/2019, trouxe como critério para execução provisória da pena um critério estabelecido com base na gravidade da condenação, ou seja, se está é ou não superior a 15 (quinze anos), conforme se extrai do próprio dispositivo normativo²⁸, porém, conforme aludida explicação de Vinicius Assumpção,²⁹ a gravidade da pena não deve afastar a ideia de não culpabilidade:

Segundo entendemos, mesmo a gravidade do crime, consubstanciada em condenação de pena elevada, é critério insuficiente para afastar ou diminuir o estado de inocência da pessoa. A CF/88 exige que se aguarde o trânsito em julgado para considerar alguém culpado, logo a decretação da prisão que decorre de sentença recorrível fere de morte o princípio constitucional (art. 5º, LVII, da CF/88). Além disso, o entendimento recente do STF (vide ADC 54) é no sentido de que o trânsito em julgado é marco indispensável para que se possa implementar a prisão-pena, restando a decretação da prisão cautelar, conforme requisitos legais, nos demais casos. (Assumpção, Vinicius, 2020, p. 129)

Portanto, não se é plausível usar como justificativa a gravidade da pena ou do delito cometido para que se viole nitidamente normas constitucionais e garantias individuais, remontando a ideia dos tempos de inquisição.

2.3.2 A SOBERANIA DOS VEREDICTOS

No Brasil o tribunal do júri foi instituído pelo decreto 0-031 em 1822, na época como intuito de julgar os crimes de imprensa,³⁰ vindo a sofrer, posteriormente, diversas mudanças em seus textos constitucionais e decretos, até que na Constituição Federal de 1967,

28 Art.492, Inciso I, “e”, **Código de Processo Penal**, Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

29 ASSUMPCÃO, Vinicius. **Pacote anticrime : comentários à Lei n. 13.964/2019**. São Paulo : Saraiva Educação, 2020

30 Decreto 0-031/1822, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim-18-6-1822-2.htm acesso em 17/09/2023

o Tribunal do Júri foi definido como o único órgão competente para julgamento de crimes dolosos contra a vida no Brasil,³¹ nesse contexto, em 1988 as garantias do aludido tribunal foram ampliadas, trazendo consigo a “soberania dos veredictos”.³² Conforme aduzido anteriormente, esse princípio é o principal argumento em favor da constitucionalidade da alínea “e”, inciso I, do Art. 492 do CPP.

Por conseguinte, se extrai que a soberania dos veredictos é a garantia de que o júri seja a palavra final nos julgamentos de sua competência, ou seja, o juiz presidente, como é conhecido o juiz que conduz o julgamento e profere a sentença final, não poderá fixar a condenação de forma divergente aquela que os jurados formadores do conselho de sentença tenham decidido, cabendo ao magistrado apenas a conduzir e orientar a sessão de modo a zelar pelo controle e ordem durante o julgamento³³ conforme explica Walfredo Campos.³⁴

Portanto, é indiscutível que o intuito do narrado princípio é de manter a integridade da decisão dos jurados quanto a materialidade do fato, logo, se o acusado deve ser condenado ou absolvido, e, para Renato Brasileiro³⁵, caso o juiz influencie diretamente nessa decisão, estará ferindo o art. 5º, XXXVIII, c da CRFB/88.³⁶

31 Art 150 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:[...] § 18 - São mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida. da **Constituição Federal de 1967**, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm acesso em 17/09/2023

32 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:[...] c) a soberania dos veredictos; **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, vide in Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

33 CNJ: Entenda as atribuições do Juiz no Tribunal do Juri, disponível em <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-entenda-as-atribuicoes-do-juiz-no-tribunal-do-juri/#:~:text=O%20Tribunal%20do%20J%C3%BAri%20C%20A9%20composto%20por%20um%20juiz%20presidente,e%20ordem%20durante%20o%20julgamento>. Acesso em 17/09/2023

34 CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri: Teoria e prática**. 6ª ed, São Paulo: Atlas, 2018, pag. 8

35 BRASILEIRO, Renato. **Manual de Processo Penal**. 2ª ed, Salvador, Bahia: Editora Juspodivm, 2014, pag. 1270.

36 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:[...] c) a soberania dos veredictos; **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, vide in Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

Outrossim, é equivocado dizer que a decisão do conselho de sentença é irrecurável e imutável, tendo em vista que o próprio Código de Processo Penal elenca rol de possibilidades de interposição de recurso de apelação em face a sentença proferida.³⁷

Nessa medida, entende Renato Brasileiro³⁸ que, ainda que vigore no ordenamento jurídico brasileiro a Soberania dos Veredictos, que deve ser respeitado, isso não afasta a possibilidade de recurso, de modo que não seja fidedigno afirmar que são decisões definitivas e irrecuráveis, podendo, inclusive, o tribunal submeter o caso a um novo júri. Também corrobora com o respeitável pensamento, o jurista Fernando Capez³⁹, que argumenta que o a proteção a essa soberania não exclui o duplo grau de jurisdição,⁴⁰ tendo em vista que é um princípio relativo.

É sabido, portanto, que o recurso de apelação no tribunal do júri não busca reformar a decisão dos jurados, mas sim sanar alguma ilegalidade de procedimento, ou alguma irregularidade quanto a sentença proferida pelo juiz presidente, desse modo, não há de se falar em ofensa a soberania dos veredictos.

2.3.4 ANULAÇÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI

Conforme trabalhado anteriormente, não se é verossímil invocar princípios constitucionais para afirmar que a decisão do tribunal do júri não poderá ser recorrida, tampouco, que não poderá vir a sofrer anulações posteriores a sentença haja vista o duplo grau de jurisdição.

37 Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] III - das decisões do Tribunal do Júri, quando: a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia; b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/dele13689.htm acesso em 17/09/2023

38 BRASILEIRO, Renato. **Manual de Processo Penal**. 2ª ed, Salvador, Bahia: Editora Juspodivm, 2014, pag. 1271 e 1272.

39 CAPEZ, Fernando, **Curso de processo penal**, 28.ed, São Paulo: Saraiva Educação, 2021, pag. 245.

40 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; **Constituição da República Federativa do Brasil**, vide in Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

A breve análise de alguns casos de supostos crimes dolosos contra a vida que se tornaram midiáticos corroboram com essa alegação, conforme se extrai, por exemplo, do fatídico júri da “Boate Kiss”,⁴¹ o julgamento realizado em dezembro de 2021 que condenou os réus a mais de 20 anos de reclusão foi alvo de recurso de apelação da defesa, que resultou em sua anulação, segundo dados do STJ⁴², o mencionado julgamento foi anulado em virtude de 04 (quatro) principais motivos, dentro eles: irregularidade na escolha dos jurados, reunião reservada entre o juiz presidente e um dos jurados, ilegalidade na elaboração dos quesitos e suposta inovação de acusação na fase da réplica.

Quanto a reunião reservada do juiz presidente com um dos jurados, afirmou o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Saldanha Palheiro:

Tenho que o ato do juiz presidente ao se reunir reservadamente com os jurados, durante os debates em plenário, desrespeitou a lei, pois inviabilizou a participação das partes no ato, impedindo que estas tivessem acesso ao conteúdo da reunião. Esse fato traz uma fundada preocupação, pois o juiz pode influenciar os jurados, ainda que de forma não proposital (Ministro do STJ, Saldanha Palheiro em seu voto no Recurso Especial 2062459, que manteve o recurso de apelação proposto em face a sentença do processo 5123185-30.2020.8.21.0001)

E esse não é um caso isolado, como podemos observar no julgamento do processo 0011442-95.2015.8.26.0079⁴³, oportunidade em que a 12ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerou que será nulo o julgamento “se do conselho de sentença participar um único jurado impedido, suspeito ou com relação de incompatibilidade com outro jurado.”⁴⁴

Entendimento este que resultou na anulação do júri que havia condenado homem a 22 anos e 4 meses de reclusão. No caso supracitado uma das juradas que compunha o corpo do conselho de sentença havia participado em outro julgamento com concurso de pessoas do

41 Processo 5123185-30.2020.8.21.0001, podendo ser consultado através de <https://www.tjrs.jus.br/>

42 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/05092023-Mantida-anulacao-do-juri-que-condenou-reus-da-Boate-Kiss.aspx#:~:text=O%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do,uma%20reuni%C3%A3o%20reservada%20entre%20o> acesso em 17/09/2023

43 Disponível em <https://www.tjst.jus.br/>

44 Artigo publicado pelo ministério público do Estado do Mato Grosso em 24 de Novembro de 2020, disponível em <https://www.mpmt.mp.br/portalcas/news/724/94148/juri-e-anulado-pelo-tj-sp-por-presenca-de-jurada-que-condenou-correu/202> acesso em 17/09/2023

mesmo crime, nesse sentido, argumentou ao votar o Sr. Desembargador Relator do TJ-SP, Vico Mañas ao defender a nulidade absoluta do ato.

(...)

Pois, que a defesa não tenha registrado oposição na ata de julgamento. O prejuízo decorrente da circunstância é presumível e, a rigor, cabia à própria jurada alertar a respeito, não necessariamente ao advogado. Tanto que, antes do sorteio para formação do Conselho de Sentença, foi advertida dos impedimentos, suspeições e incompatibilidades, conforme obriga o artigo 466 do CPP, que alude ao artigo 449 do mesmo diploma legal

(...)

Seria impossível controlar se o seu convencimento, íntimo e imotivado, foi tomado com base nas provas e no debate do primeiro ou do segundo processo. (Vico Mañas, desembargador do TJ-SP ao votar no recurso de apelação interposto em face a decisão no Processo 0011442-95.2015.8.26.0079)

Outra decisão midiática que teve seu julgamento anulado foi o popularmente conhecido como “Caso do Menino Bernardo” que condenou o réu a 33 anos de reclusão, decisão que foi anulada em sede de apelação pela primeira câmara tribunal do TJRS⁴⁵ que considerou que houve quebra da paridade de armas durante o interrogatório do Ministério Público, conforme explica o Desembargador Relator do caso Jayme Weingartner Neto:

Inafastável, assim, a conclusão de que houve quebra da paridade de armas, pois não teve a defesa a oportunidade de se contrapor à argumentação que não poderia ser deduzida por ocasião do ato processual que se realizava, afigurando-se evidente o prejuízo suportado pelo réu, com a utilização do interrogatório para antecipação da acusação, sem que fosse viável o contraditório que, diferido (para os debates), não repôs a igualdade entre as partes. Daí por que impositiva a declaração de nulidade do julgamento, relativamente ao réu Leandro, mas por tais fundamentos, exclusivamente”, considerou o relator, desembargador Jayme Weingartner Neto

Destarte, embora o tribunal do júri seja considerado um pilar da democracia brasileira, sendo amplamente protegida pela Constituição Federal, é imprescindível reconhecermos que se trata de um sistema humano, e como qualquer sistema humano ele não está isento de falhas, isto posto, em casos específicos onde se evidencia uma irregularidade que comprometa a imparcialidade e a justiça do processo é sim possível que ocorra a anulação

45 Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/novo/caso-bernardo/> Acesso em 17/09/2023

de um tribunal do júri sem que se fira a soberania dos veredictos, de modo que a possibilidade de anulação do procedimento e o efeito suspensivo do recurso de apelação são peças fundamentais para que se mantenha a proteção a direitos fundamentais, em vista disso, embora taxativas as possibilidades, o Tribunal do Juri pode sim ser anulado em virtude do devido processo legal e da justiça.

2.3.5 A COLISÃO ENTRE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Consequentemente, se criou um conflito entre esses dois princípios fundamentais, a Soberania dos Veredictos⁴⁶ e a Presunção de Inocência⁴⁷, a problemática se desdobra acerca da possibilidade de o condenado pelo Tribunal do Juri iniciar imediatamente o cumprimento de sua sentença, antes do trânsito em julgado, conforme versa o dispositivo incorporado ao texto infraconstitucional pelo pacote anticrime.⁴⁸ A mencionada discussão divide opiniões no mundo jurídico, haja vista que, para parte da doutrina, a execução imediata não fere o princípio da não culpabilidade, sob a ótica de que, teoricamente, o tribunal não poderia divergir da posição adotada pelos jurados, contudo, outra parte da doutrina fixa o entendimento de que, embora o tribunal não possa reformar a aludida decisão dos jurados, este ainda poderá vir a ser anulada diante de violação ao devido processo legal, conforme previsto na constituição federal.

Dworkin,⁴⁹ renomado estudioso do direito, criou a teoria da “Dimensão de peso dos princípios”, isto é, regras que ele acreditava que deveriam ser aplicadas para resolver conflitos entre dois ou mais princípios no mesmo caso concreto.

46 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: [...] c) a soberania dos veredictos; **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, vide in Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

47 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, Vade Mecum, 2019, Editora Saraiva

48 ASSUMPÇÃO, Vinícius. **Pacote anticrime : comentários à Lei n. 13.964/2019**. São Paulo : Saraiva Educação, 2020, Código de Processo Penal, Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

49 Dworking, Ronald. **Taking Rishts Seriously**, p.27 – Tradução Livre

(...)

Quando há uma colisão entre dois princípios num caso concreto, merece prosperar aquele que, observadas as circunstâncias, desempenha uma importância ou um peso maior, sem que haja invalidade do princípio colidente (Dworkin, Ronald. *Taking Rights Seriously*, p.27 – Tradução Livre)

Segundo a teoria da “Dimensão de Peso” de Dworkin, deve ser aplicado ao caso concreto a hipótese que desempenhar uma maior importância sem que inviabilize totalmente o outro princípio, desta feita, se observa que a não aplicação imediata da pena após condenação no tribunal do júri não afasta o princípio da soberania dos veredictos, tendo em vista que, caso o júri seja anulado em sede de apelação, o poder punitivo voltará para as mãos dos jurados formadores do conselho de sentença. Dessa forma, ambos os princípios estariam sendo plenamente respeitados. Contudo, se a execução da pena for imediata, a presunção de inocência estaria sendo completamente negada ao acusado, ao se extrair que o réu deverá imediatamente ser punido, mesmo antes de uma decisão definitiva que o condene, ressaltando que se essa decisão estiver equivocada ou for carregada de algum vício, os danos causados ao acusado pelo cumprimento antecipado de pena indevidamente aplicada são imensuráveis e irreparáveis. Nesse sentido argumenta o Senhor Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares da Fonseca:

Soberania dos veredictos não é absoluta e convive em harmonia com o sistema recursal desenhado pela Lei Adjetiva Penal. O fato de a Corte revisora, no julgamento de apelação contra decisão do Tribunal do Júri, não estar legitimado a efetuar o juízo rescisório, não provoca a execução imediata da sentença condenatória, pois permanece incólume a sua competência para efetuar o juízo rescindente e determinar, se for o caso, um novo julgamento, com reexame de fatos e provas
(HC nº438.088, relator ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 01/6/2018)

Renato Brasileiro⁵⁰ também corrobora com o respeitável pensamento:

A soberania dos veredictos, não obstante a sua extração constitucional, ostenta valor meramente relativo, pois as decisões emanadas do Conselho de Sentença não se revestem de intangibilidade. Assim, embora a competência do Júri esteja definida na Carta Magna, isso não significa dizer que esse órgão especial da Justiça Comum seja dotado de um poder incontestável e ilimitado. (Renato Brasileiro de Lima (2020, p. 1445)

50 LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal: volume único**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020.

Ademais, se conclui que o manejo do recurso de apelação visando a anulação do julgamento e a remarcação de um novo tribunal do júri, não fere a soberania dos veredictos, tampouco, pode ter o condão de condenar que alguém cumpra sua pena de maneira antecipada, apenas para saciar uma vontade popular de ver punido aquele que acreditam ser o responsável pelo delito, nesse sentido, explica Gustavo Junqueira⁵¹:

Cabe salientar que a soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, c da CF) não implica reconhecimento antecipado da culpabilidade, mas apenas significa (I) a vinculação do juiz presidente, (II) a limitação do reexame pelo Tribunal, daquelas teses que a lei definiu como de competência funcional do conselho de sentença (art. 483 do CPP). Assim, a soberania dos veredictos não impede a reapreciação da decisão dos jurados, mas apenas a sua modificação direta (substituição) pelo Tribunal – que pode proceder ao juízo de cassação (novo julgamento) quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, §3º do CPP). Portanto, a soberania dos veredictos jamais poderia significar “trânsito em julgado parcial”, notadamente porque a instituição do júri representa direito individual (art. 5º, XXXVIII da CF); portanto, nunca pode incidir contra o acusado, sob pena de absoluta subversão do sentido de proteção individual da constituição. (JUNQUEIRA, Gustavo 2021).

Embora a alteração elencada pelo Pacote Anticrime se apoiasse na ideia de trazer uma sensação de justiça ao cidadão, conforme afirma Bruno Seligman de Menezes e Mário Luís Lírio Cipriani “A justiça se faz cumprindo a Carta Magna, especialmente o devido processo legal e a presunção de inocência”⁵²

Oportunamente se conclui que, ainda que exista a comoção social de ver aquele que senta no banco dos réus cumprindo sua pena o quanto antes, e que a ideia de aguardar o recurso em liberdade não agrada a todos, é estritamente necessário que se respeite a soberania dos veredictos sem anular a presunção de inocência, não é aceitável que se cerceie direitos fundamentais basilares, como a liberdade, com o intuito de ocasionar uma resposta apressada ao clamor social, a alteração ocasionada pela lei 13.964/2019 inobservou completamente o princípio protegido pelo art.5, LV da CRFB/88 e aplicou com certa irresponsabilidade o Art.5,

51 JUNQUEIRA, Gustavo. **Et al. Lei anticrime comentada – artigo por artigo**. 2 ed. São Paulo: Saraiva educação, 2021

52 MENEZES, Bruno Seligman de; CIPRIANI, Mario Luís Lírio. **O caso Boate Kiss e o uso de regras penais e processuais penais à la carte**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-dez-20/opiniao-boate-kiss-uso-regras-la-carte> acesso em 18/09/2023

XXXVIII, c, em detrimento as demais garantias constitucionais, nas palavras do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso “A liberdade é um dos valores e bens jurídicos mais valiosos na existência de qualquer pessoa. Portanto, o poder de restringi-la deve ser cercado de todas as cautelas possíveis.” (BARROSO, Luís Roberto, 2020, p.185)⁵³

Assim sendo, a busca pela justiça não deve comprometer a liberdade individual, de maneira que ambas devam coexistir em harmonia.

2.5 DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2.5.1 DA EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA

O momento certo para se iniciar o cumprimento da pena à luz da presunção de inocência vem sendo uma discussão de anos no ordenamento jurídico brasileiro, causando diversas viradas jurisprudenciais, inicialmente, a suprema corte do Brasil formou maioria sob o entendimento de que a execução da pena antes do trânsito em julgado seria inconstitucional, visão que foi fixada no julgamento do HC/84.078 MG.⁵⁴

Ademais, em 2016, o Ministro relator Teori Zavascki, acompanhado da maioria dos demais ministros alterou o entendimento do Supremo Tribunal no julgamento do Habeas Corpus 126.292/SP⁵⁵, onde foi fixado o entendimento de que a execução imediata da pena após condenação em segunda instância não afrontava a Constituição Federal da República, segundo palavras do Ministro Luiz Fux:

A presunção de inocência, desde as suas raízes históricas, está calcada exatamente na regra mater de que uma pessoa é inocente até que seja considerada culpada. E, fazendo um paralelismo entre essa afirmação e a realidade prática, e a jurisdição em sendo uma função popular, ninguém consegue entender a seguinte equação: o cidadão tem a denúncia recebida, ele é condenado em primeiro grau, é condenado no juízo da apelação, condenado no STJ e ingressa presumidamente inocente no

53 BARROSO, Luís Roberto, **Sem data vênica: um olhar sob o Brasil e o Mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro, História Real, 2020

54 Habeas Corpus 84078 – MG, Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=608531>, acesso em 19/09/2023

55 Habeas Corpus 126.292 – SP, Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>, acesso em 19/09/2023

Supremo Tribunal Federal. Isso efetivamente não corresponde à expectativa da sociedade em relação ao que seja uma presunção de inocência. E presunção de inocência é o que está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU: “Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada.” Não há necessidade do trânsito em julgado. (Voto Minsitro Luiz Fux no julgamento do HC 126.292/SP de 2016)

Contudo, essa discussão ganhou mais um capítulo de enorme notoriedade ao se submeter ao Supremo Tribunal Federal a controvérsia do início do cumprimento prisão pena após condenação em segunda instância, sob o argumento do baixo número de recursos extraordinários e recursos especiais, comparado ao número de sentenças de segundo grau, aliado a ideia de que os tribunais superiores, STF⁵⁶ e STJ⁵⁷ não poderiam reexaminar provas ou o mérito do julgamento, somente cabendo a análise do direito em si.

Desse modo, foram propostas Ações Declaratórias de Constitucionalidade ao STF, aqui ressalta-se as ADC’s 43, 44 e 54, que foram ajuizadas com o intuito de afirmar a constitucionalidade do art. 283 do CPP⁵⁸, dispositivo onde se garante que ninguém poderá ser preso até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, salvo em flagrante delito ou em virtude de prisões cautelares, na supracitada oportunidade, prevaleceu o entendimento na suprema corte de que o Art. 283 do CPP deveria ser respeitado, de modo a se coibir a execução da prisão pena até que estejam esgotadas as possibilidades de recurso, ainda que em sede de instâncias extraordinárias, dessa forma votaram o Ministro Relator Marco Aurélio, acompanhado dos ministros Ricardo Lewandoswski, Dias Toffoli, Celso de Mello, Rosa Weber e Gilmar Mendes.

Nesta feita, argumenta ao votar o Senhor Ministro Marco Aurelio⁵⁹

Precipitar a execução da sanção importa antecipação de culpa, por serem indissociáveis. Conforme dispõe o inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal, “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, ou seja, a culpa surge após alcançada a preclusão maior. Descabe inverter a ordem natural do processocrime – apurar para, selada a culpa, prender, em verdadeira execução da sanção (...)

(Voto ministro Marco Aurelio no julgamento das ADC’s 43, 44 e 54)

56 Supremo Tribunal Federal

57 Superior Tribunal de Justiça

58 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 19/09/2023

59 Julgamento ADC 43, Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754357342>, acesso em 19/09/2023

Ainda defende o ministro sobre a impossibilidade de se devolver a liberdade cerceada para aquele que teve em sede de recurso, sua condenação revertida:

Considerado o campo patrimonial, a execução provisória pode inclusive ser afastada, quando o recurso é recebido não só no efeito devolutivo, como também no suspensivo. Pressuposto da execução provisória é a possibilidade de retorno ao estágio anterior, uma vez reformado o título. **Indaga-se: perda a liberdade, vindo o título condenatório e provisório – porque ainda sujeito a modificação por meio de recurso – a ser alterado, transmudando-se condenação em absolvição, a liberdade será devolvida ao cidadão? Àquele que surge como inocente? A resposta, Presidente, é negativa.**

(Voto ministro Marco Aurelio no julgamento das ADC's 43, 44 e 54). GRIFEI.

Por conseguinte, ao votar o ministro rebateu indiretamente o argumento elencado pelo Ministro Luiz Fux no julgamento do HC 126.292/SP, oportunidade em que o respeitável Ministro alegou que aguardar o trânsito em julgado não correspondia a expectativa da sociedade, diante disso, argumenta Marco Aurelio:

Não há possibilidade de omissão perante a negativa ou o afastamento de uma das grandes conquistas da Sociedade: o Estado Constitucional. O verdadeiro Estado Constitucional consagra a Democracia baseada na Soberania Popular e o Estado de Direito fundado no respeito às leis e à independência do Judiciário. **Disso deriva a legitimidade da Jurisdição Constitucional, e não do pseudo “clamor das ruas” a fomentar perigoso “populismo judicial” baseado em agradar sempre grupos de pressão majoritariamente barulhentos ou setores midiáticos ideologicamente engajados, nem sempre é possível agradar a todos. E não é esse o compromisso constitucional do STF.** O “Populismo Judicial” é incompatível com o exercício da judicatura, pois sempre é mais fácil (Voto ministro Marco Aurelio no julgamento das ADC's 43, 44 e 54). GRIFEI.

Até os dias de hoje, essa foi a última vez que o STF deliberou sobre o tema, fixando o entendimento de que a execução da pena após a prisão em segunda instância afronta o Art. 283 do Código de Processo Penal, logo, faz-se necessário o trânsito em julgado da sentença penal condenatória para que seja dado início ao cumprimento da pena, de forma definitiva, visando garantir o direito a presunção de inocência.

2.5.2 DO JULGAMENTO DO TEMA Nº 1.068 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA

Apesar do entendimento fixado pela Suprema corte brasileira em 2019, com o advento da lei 13.964/2019 e a inclusão da alínea “e” ao inciso I do art. 492 do Código de Processo Penal, novamente se instaurou forte controvérsia judicial sobre a inconstitucionalidade do aludido dispositivo, a presente discussão se intensificou após ser instaurada a repercussão geral do tema 1068⁶⁰, em sede do RE 1235340⁶¹.

Nessa ocasião, o ministro-relator Luiz Roberto Barroso, seguido dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, André Mendonça e Edson Fachin, esse último com ressalvas, formaram maioria no sentido de que é constitucional a execução imediata da punição nas condenações pelo tribunal do júri, nesse sentido, o ministro-relator fundamentou seu voto, principalmente, nos seguintes pilares:

Primeiramente, na “pouca” quantidade de júris anulados, segundo o ministro.

(...)

Considerando o inexpressivo percentual de modificação das decisões condenatórias do Júri, tudo recomenda que se confira máxima efetividade à garantia constitucional da soberania dos veredictos do Júri, mediante a imediata execução das suas decisões. Notadamente porque as raríssimas situações de êxito das apelações da defesa resultam, quando muito, apenas o retorno do caso ao Tribunal do Júri para uma nova deliberação, não significando, portanto, absolvição do réu. (Voto ministro Luiz Roberto Barroso no RE 1235340)

Ademais, o ministro alega que seu voto não contraria a postura adotada pelo STF no julgamento das ADC’s 43, 44 e 54, ao afirmar

(...)

Não impede que esta mesma Corte trace o sentido e o alcance de norma constitucional que assegura a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra vida. De modo que a declaração de constitucionalidade do art. 283 do CPP não tem a força de paralisar a incidência da cláusula pétrea em que a soberania do Júri consiste. (Voto ministro Luiz Roberto Barroso no RE 1235340)

60 Tema de Repercussão Geral 1068, Disponível em <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5776893&numeroProcesso=1235340&classeProcesso=RE&numeroTema=1068>, acesso em 19/09/2023

61 Recurso Extraordinário de número 1235340, disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5776893>, acesso em 19/09/2023

Por fim, finaliza seu voto o relator sob o argumento de que não se pode aplicar o princípio da presunção de inocência em detrimento a Soberania dos Veredictos, segundo ele:

Não há incompatibilidade alguma. A hipótese é de aplicação direta e imediata da norma originária do texto constitucional, que reconheceu a instituição do Tribunal do Júri, assegurada a soberania dos seus veredictos, com a competência expressa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. De modo que não é possível invocar esse importante instrumento de salvaguarda dos direitos humanos para neutralizar norma expressa da Constituição Federal. (Voto ministro Luiz Roberto Barroso no RE 1235340)

Com o devido respeito ao voto exarado pelo Exmo. Ministro Luiz Roberto Barroso, tal alegação de que a “pouca” quantidade de anulações nos tribunais justifica a execução imediata da pena remonta ao mesmo raciocínio utilizado por Vincenzo Manzini ao afastar a presunção de inocência do Código Italiano Fascista como explica Aury Lopes Junior⁶²:

A presunção de inocência foi motivo de burla por parte de VICENZO MANZINI para quem ela não passa de uma absurda teoria ideada pelo empirismo francês. Partindo de uma premissa absurda, MANZINI chegou a estabelecer uma equiparação entre os indícios que justificam a imputação e a prova da culpabilidade. O raciocínio era o seguinte: como a maior parte dos imputados resultavam ser condenados, não há o que justifique a proteção e a presunção de inocência. Com base na doutrina de Manzini, o próprio Código de Rocco, de 1930, não consagrou a presunção de inocência, pois era vista como um excesso de individualismo e garantismo. (LOPES JÚNIOR, 2019, p. 436)

Ademais, não se justifica suprimir direitos fundamentais sob a ótica de que poucas pessoas serão beneficiadas.

Oportunamente, divergiram do relator os ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, defendem os magistrados que embora exista a soberania dos veredictos, não a óbice quanto possível anulação do Tribunal do Júri, conforme argumenta o Ministro Gilmar Mendes em seu voto⁶³:

Ainda que a apelação da decisão dos jurados tenha cognição limitada, é por meio do recurso de apelação que o Tribunal de segundo grau poderá revisar a sentença tanto

⁶² LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

⁶³ **Tema de Repercussão Geral 1068**, Disponível em <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5776893&numeroProcesso=1235340&classeProcesso=RE&numeroTema=1068>, acesso em 19/09/2023

em aspectos formais quanto materiais, visto que é possível a determinação de novo júri se houver o reconhecimento de que a decisão foi proferida em sentido manifestamente contrário à prova dos autos.

Por fim, o aludido ministro parafraseia Vera Sanchez⁶⁴, ao alegar que

[...] a presunção de inocência não é mais um princípio do processo, é o próprio processo. O princípio da presunção de inocência constitui uma proibição de desautorização ao processo”. (SÁNCHEZVERA GÓMEZ-TRELLES, Javier. Variaciones sobre la presunción de inocencia. Análisis funcional desde el Derecho penal. Madrid: Marcial Pons, 2012. p. 37) (tradução livre).

Sendo assim, embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido recentemente pela constitucionalidade da execução imediata da pena no tribunal do júri, ressalta-se que inexiste precisão, por parte do STF, acerca do momento ideal para início de cumprimento da pena, de modo a se punir o sentenciado, contudo, respeitando o princípio da presunção de inocência, fato que é evidenciado ao se analisar as várias viradas jurisprudenciais do Supremo na última década, dessa forma a discussão a despeito da assertividade da última decisão continua preponderante no ordenamento jurídico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que a inclusão da alínea “e” ao Art. 492 do CPP, incorporada pela lei 13.964/2019, popularmente conhecida como pacote “anticrime” reergueu a discussão acerca da possibilidade de prisão antes do trânsito em julgado, mais especificamente em condenações do tribunal do júri.

Oportunamente, após intensa controvérsia judicial, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento pela maioria de seus membros no sentido de que a supracitada alínea não fere a Constituição Federal, sob o argumento da Soberania dos Veredictos, entretanto, tal decisão do Supremo se encontra equivocada.

⁶⁴ SÁNCHEZVERA GÓMEZ-TRELLES, Javier. Variaciones **sobre la presunción de inocencia. Análisis funcional desde el Derecho penal**. Madrid: Marcial Pons, 2012.

Por conseguinte, embora deva ser respeitado a Soberania dos Veredictos, não é plausível que se negue completamente outro direito fundamental previsto na Carta Magna, o da Presunção de Inocência, especialmente analisando que se tratando de um sistema humano, o tribunal do júri está sujeito a erros ou vícios, que poderão ser analisados ao respeitar o duplo grau de jurisdição.

Desse modo, ao executar imediatamente a pena, caso seja observado, no decorrer do recurso de apelação algum vício ou erro de julgamento, é completamente impossível se reparar os danos causados aquele que teve sua liberdade equivocadamente cerceada, sejam estes os danos morais, físicos, psíquicos e de convívio social.

Ademais, destaca-se que aguardar o trânsito em julgado não fere a soberania dos veredictos, haja vista que se o Tribunal em sede recursal verificar algum vício que motive a anulação do júri, o poder punitivo voltará para as mãos do povo, através da convocação de um novo conselho de sentença, respeitando, portanto, todos os princípios constitucionais.

Por fim, cumpre salientar que, embora a sociedade tenha, especialmente nos últimos anos, demonstrado afeição por um viés punitivista do Estado, para alcançar a justiça é fundamental que se respeite os limites constitucionais e infraconstitucionais estabelecidos, destarte, para que se tenham respostas judiciais mais rápidas e eficazes, o poder público deve focar esforços para que o judiciário, não só o tribunal do júri, tenham condições de realizar os julgamentos de forma mais célere e eficiente, contudo, jamais cerceando direitos e liberdades.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Vinícius. **Pacote anticrime** : comentários à Lei n. 13.964/2019. São Paulo : Saraiva Educação, 2020

BARROSO, Luís Roberto, **Sem data vênia: um olhar sob o Brasil e o Mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro, História Real, 2020

BRASIL **Recurso Extraordinário de número 1235340**, disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5776893>, acesso em 19/09/2023

BRASIL, **Ação Declaratória de Constitucionalidade 43**, Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754357342> acesso em 19/09/2023

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 14/09/2023

BRASIL, **Decreto 0-031/1822**, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim-18-6-1822-2.htm acesso em 17/09/2023

BRASIL, **Decreto 592, de 06 de julho de 1992**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm, acesso em 14/09/2023

BRASIL, **Decreto lei 3689 de 1941**, Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 14/09/2023

BRASIL, **Habeas Corpus 126.292 – SP**, Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>, acesso em 19/09/2023

BRASIL, **Habeas Corpus 126.292/SP**, Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4697570> acesso em 19/09/2023

BRASIL, **Habeas Corpus 140449/RJ** Disponível em <https://static.poder360.com.br/2023/08/integra-voto-roberto-barroso-stf-juri.pdf> acesso em 17/09/2023

BRASIL, **Habeas Corpus 84.078**, Relator(a): Eros Grau, Tribunal Pleno, Data de julgamento: 05/02/2009, Data de publicação: 25/02/2010, Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2208796> acesso em 19/09/2023

BRASIL, **Habeas Corpus 84078 – MG**, Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=608531>, acesso em 19/09/2023

BRASIL, **Habeas Corpus nº 93.883/SP**, DJe de 27/3/09, Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2596857> acesso em 15/09/2023

BRASIL, **Recurso Especial 2062459** disponível em <https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/13062023-Relator-vota-por-restabelecer-juri-que-condenou-reus-da-Boate-Kiss--pedidos-de-vista-suspendem-julgamento.aspx>, acesso em 19/09/2023

BRASIL, Recurso Extraordinário 438.088, Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2257775> acesso em 18/09/2023

BRASILEIRO, Renato. **Manual de Processo Penal**. 2ª ed, Salvador, Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

BRASILEIRO, Renato. **Manual de processo penal**: volume único. 8. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020

CALAMANDREI, Piero. **Il processo come giuoco**. Rivista di Diritto Processuale, v. 5, parte I, Padova, 1950

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri**:Teoria e prática.6ª ed, São Paulo: Atlas, 2018

CAPEZ, Fernando, **Curso de processo penal**, 28.ed, São Paulo: Saraiva Educação, 2021

CAPEZ, Rodrigo, **Prisão e medidas cautelares diversas**: A individualização da medida cautelar no processo penal. São Paulo: *Quartier Latin*, 2017

CASARA, Rubes. **Prisão e Liberdade**. São Paulo: Estúdio Editores, 2014.

CORDERO, Franco. **Guida alla procedura penale**. Torino: UTET, 1986

DWORKING, Ronald. **Taking Rishts Seriously**, 1977

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**. Teoria do Garantismo Penal. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **O princípio da presunção de inocência e a prisão cautelar**. São Paulo: Saraiva, 1991.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **Significados da presunção de inocência**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

JUNQUEIRA, Gustavo. Et al. **Lei anticrime comentada** – artigo por artigo. 2 ed. São Paulo: Saraiva educação, 2021

JUSTIÇA, Conselho Nacional. **Relatório Mês Nacional do Júri de 2022** disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/1489718-relatorio-mes-do-juri-2022-06-02-23.pdf> acesso em 17/09/2023

LOPES JR, Aury; BADARÓ, Gustavo Henrique. **Presunção de inocência**: do conceito de trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Empório do Direito. São Paulo, 2016.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MANZINI, Vincenzo. **Tratado de Derecho Procesual Penal**. Trad. Sentís Melendo. Buenos Aires, EJEA, 1953, v. 4

MENEZES, Bruno Seligman de; CIPRIANI, Mario Luís Lírio. **O caso Boate Kiss e o uso de regras penais e processuais penais à la carte**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-dez-20/opinia0-boate-kiss-uso-regras-la-carte> acesso em 18/09/2023

MORAIS DA ROSA, Alexandre. *Guia do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos*. Florianópolis: EMais, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 18ª ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.

ONU, **Universal Declaration Of Human Rights Portuguese**. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/humanrights/universaldeclaration/translations/portuguese?LangID=por>, acesso em 14/09/2023

SÁNCHEZVERA GÓMEZ-TRELLES, Javier. Variaciones sobre la presunción de inocencia. Análisis funcional desde el Derecho penal. Madrid: Marcial Pons, 2012

SANGUINÉ, Odone. **Prisão cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

UNICEF, **Declaração universal de direitos humanos**, disponível <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>, acesso em 14/09/2023.

Submetido em 08.10.2023

Aceito em 17.10.2023